

IPCR: ao serviço da pedagogia da conservação preventiva

|Cristina Bessa



Ana Isabel Seruya - Directora do IPCR.

O Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR) foi criado em Janeiro de 2000, com o objectivo de responder às necessidades apresentadas por um novo conceito: a conservação preventiva.

Assim, e segundo a Professora Ana Isabel Seruya (AIS) e o Dr. Mário Pereira (MP), respectivamente Directora e Subdirector do IPCR, este Instituto pretende ser uma referência para o Estado e para todas as instituições particulares que tenham por missão a conservação e restauro do património do país. Fazendo a "política da pedagogia da conservação preventiva", o IPCR especializa-se na orientação a nível científico e técnico.

P&C: *Quais as razões que levaram à mudança de nome do Instituto José de Figueiredo para Instituto Português de Conservação e Restauro?*

AIS: A alteração de nome incomoda as pessoas e, por ser eu a responsável, sinto necessidade de o justificar. Com a criação do Instituto Português de Museus (IPM), o IPCR foi nele integrado e passou a ser a "oficina de restauro" do IPM. Perdeu a importância que tinha pois já não trabalhava para o Estado e particulares, estando apenas ao serviço do IPM. A mudança para IPCR baseia-se na necessidade de um instituto de referência, que desse apoio a todo o património móvel integrado do país e que assegurasse as medidas do Estado no respeitante à preservação, protecção e conservação do património móvel integrado. Hoje em dia, os Institutos que têm as competências que nós temos com a nova lei orgânica, chamam-se Instituto de Conservação e Restauro do país a que pertencem. Foi uma questão de facilitar o relacionamento com os nossos congéneres internacionais.

MP: Supõe também uma autonomia administrativa em relação ao IPM. Adquire uma dimensão internacional, transversal a todo o património móvel integrado, independentemente de quem o tutela.

P&C: *Existem mais dois organismos, o IPPAR e a DGEMN, que também trabalham com património móvel. Que relações mantêm com esses organismos?*

AIS: Nós não temos património à nossa guarda directamente, trabalhamos com todas as outras instituições através de protocolos. Fazem parte da nossa planificação anual as acções com as outras instituições, às quais prestamos sobretudo apoio técnico e científico.

Tanto o IPPAR como a DGEMN, que não têm nos seus quadros conservadores/restauradores, contratualizam com as empresas privadas a realização das obras. Ora, nós temos esses técnicos especializados, pelo que vamos superintender normativamente. Vamos acompanhar e fazer os estudos prévios científicos de sustentação dessas intervenções. Mas trabalhamos para as instituições particulares e do Estado. Temos a obrigação de ser uma referência para essas instituições, ajudá-las e acompanhá-las na realização das intervenções que levam a cabo.

P&C: *O mesmo se passa com as Câmaras Municipais e com a Igreja?*

AIS: Com todos os que o queiram. A Igreja é um dos principais interlocutores com que estabelecemos protocolos.

MP: Estamos a encontrar plataformas de colaboração também com as autarquias. Temos prevista toda uma série de acções, no sentido de recorrerem àquilo que o Instituto deve ser: uma referência sobre a forma de intervir na conservação e restauro do património móvel integrado.

P&C: *Além desse apoio regular, também existe formação específica no IPCR?*

AIS: Há um curso a funcionar. Mas nós não damos cursos de base, nem é essa a nossa vocação. Cabe-nos sim fazer acções de formação complementares, acções pequenas de continuidade para os profissionais que já estão a trabalhar no terreno, e também de actualização sobre vários aspectos da conservação.

P&C: *Deixaram de ministrar aulas*

MP: Dispensamos regularmente apoio científico e técnico a entidades públicas e privadas dedicadas à prática e ao ensino da conservação e do restauro. Isso acontece com a Universidade Nova de Lisboa, com que temos protocolo para que continuem a ser aqui ministrados estágios. Este ano temos 16 estagiários, 4 deles estrangeiros. O Instituto continua a ter essa vertente.

P&C: *A UNL é responsável pela parte teórica?*

MP: Sim, porque na UNL existe um curso de licenciatura, que neste momento é um dos requisitos e exigências da conservação e restauro, que não se compadecia com a formação académica menor. E isto faz com que tenhamos a preocupação de estar permanentemente actualizados em relação ao que se vai fazendo em termos de inovação técnica e científica, o que nos leva a manter várias parcerias científicas com entidades estrangeiras.

P&C: *Existem outros cursos de restauro. Qual o apoio que lhes prestam?*

AIS: Existe um outro curso que não é pequeno e ao qual não temos dado tanto apoio, que é o do Politécnico de Tomar (que já é licenciatura). Isto não obstante já termos colaborado com eles ao nível de estágios.

MP: Estamos a estabelecer contactos com o Ministério da Educação no sentido de serem definidos os diferentes padrões de ensino, para as diferentes exigências ao nível da conservação e restauro. Interessa-nos estar dentro do processo da institucionalização de cursos que de uma forma directa tenham a ver com conservação e restauro, ou seja, de tudo aquilo que se passa na formação, quer ao nível das universidades privadas ou estatais, quer ao nível do ensino técnico profissional. Estamos a criar os mecanismos para, em muito pouco tempo, começarmos um processo de certificação das entidades públicas ou privadas que exercem a sua prática e o seu trabalho na área da conservação e restauro. Essa certificação é um problema que nos preocupa, sendo uma das nossas prioridades.

P&C: *De que forma pode o IPCR intervir para uma melhor gestão patrimonial?*

AIS: O nível mais evidente em que podemos intervir nesse processo é ajudando a estabelecer prioridades na conservação. Contudo, é preciso conhecer, é preciso inventariar e não somos nós que fazemos isso. As entidades detentoras de património têm a obrigação de ter o seu inventário; mas uma vez feito este, conhecido o que existe, tem que se estabelecer prioridades, e aí podemos ter um

papel importante, fazendo o diagnóstico do estado de conservação, ajudando aqueles que têm de decidir a estabelecer prioridades nessa área. Tudo isso se tem de fazer em equipas interdisciplinares, de forma a que conservadores/restauradores, juntamente com historiadores da arte, consigam de facto estabelecer planos de conservação preventiva.

P&C: *Em que projectos se encontra envolvido o IPCR?*

AIS: O *projecto da prata*, que já chegou mais ou menos ao fim. Era um estudo de conservação preventiva de prata que envolveu vários países, estando nós na parte de experimentação sobre os efeitos da poluição na deterioração da prata e a maneira de a evitar. Temos um programa de estudo da escultura policromada religiosa dos séculos XVII e XVIII, com a Espanha e a Bélgica. Vamos também estar envolvidos no programa de conservação e restauro de azulejos, e no estudo de têxteis, de colchas indo-portuguesas. Colaborámos, ainda, no programa europeu *PC Strat*, em que participaram diversos países. Desse programa saiu um documento, que esperamos venha a ser uma carta da conservação preventiva para a Europa. É um documento mais político, em que se alertam os vários países para medidas essenciais a tomar, para planos de conservação preventiva. No nosso âmbito, no IPCR, vamos implementar de facto um plano de conservação preventiva para o país baseado nessas conclusões, no qual já começámos a trabalhar.

MP: Um plano de conservação nacional, que tem de abranger todas essas vertentes, desde o ensino até à prática e à normalização a todos os

níveis. É um plano ambicioso mas realista, pensamos que a médio prazo estejamos na posse de todo um conjunto de elementos funda-

mentais para termos uma visão de como se procede em Portugal, e de que como se deve proceder. |

Ana Isabel Seruya - Licenciada em Física, ramo especialização científica, FCUL.
Doutorada no Instituto de Arqueologia, University College, Universidade de Londres.
Professora Auxiliar do Departamento de Conservação da UNL.
Directora do IPCR desde a sua criação.

Mário Pereira - Licenciado em História pela Faculdade de Letras.
Iniciou a sua relação com o património ainda no Instituto Português do Património Cultural, e manteve-se durante alguns anos como colaborador no IPPAR.
Professor Convidado no ISCTE.



CONSULMAR AÇORES
PROJECTISTAS E CONSULTORES, LDA

**PROJECTAMOS A SUA IDEIA
POR UM FUTURO COM HISTÓRIA**

PROJECTOS DE ARQUITECTURA E ENGENHARIA
PLANEAMENTO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Av. Infante D. Henrique, Bloco 1 - 5º esq.
9500-150 PONTA DELGADA

Email: consulmarazo@mail.telepac.pt
Fax: 351 296 629 668 Tel: 351 296 629 590



**MURAL
DA
HISTÓRIA**

RESTAURO DE PINTURA MURAL, LDA

Conservação e restauro de pintura e revestimentos murais, acções de formação, inventariação, estudos técnicos e suas publicações.

Rua Serpa Pinto, 5 - 1.º Esq. T - 1200-442 Lisboa
Tel: 21.347 00 32 Fax: 21.347 59 18